COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO.

PROJETO DE LEI Nº 4.296, DE 2008

(Apensado: PL nº 4.411, de 2008)

“Dispõe sobre a estabilidade de empregados de empresas objeto de cisão, fusão, incorporação ou agrupamento societário”.

Autor: Deputado DELEY

Relator: Deputado BENJAMIN MARANHÃO

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 4.296, de 2008, de autoria do nobre Deputado Deley, estabelece que as empresas objeto de cisão, fusão, incorporação ou agrupamento societário deverão garantir a estabilidade de seus empregados, no cargo que ocupam, pelo prazo mínimo de seis meses. Propõe, ainda, que não deverá haver redução de salários durante esse período e que a empresa deverá oferecer cursos de capacitação e aperfeiçoamento profissional aos empregados que serão dispensados ao final do prazo.

O Autor alega, em sua justificção, que o projeto *objetiva proteger minimamente os empregados de empresas que passam por processo de fusão ou incorporação, uma vez que, em geral, tais empresas tendem a reduzir drasticamente seus quadros de pessoal com a finalidade de cortar custos e aumentar lucros, não se importando com o problema social gerado por suas decisões.*

Em 11/12/2008, foi apensado à proposição o Projeto de Lei nº 4.411, de 2008, de autoria do Deputado Manato, que *Acréscena dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho, para criar mecanismos de proteção ao emprego de trabalhadores em processo de fusão, incorporação ou agrupamento societário.*

As proposições, que estão sujeitas à apreciação conclusiva pelas Comissões, em regime de tramitação ordinária, foram distribuídas às Comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) e de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC), para análise do mérito; e à de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), para análise da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Na CTASP, decorrido o prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao projeto, conforme Termo de Recebimento de Emendas datado de 11 de fevereiro de 2009.

Antecedeu-nos nesta relatoria o nobre Deputado Eudes Xavier que ofereceu, nos anos de 2009 e 2013, pareceres pela aprovação dos projetos, com substitutivo, os quais não chegaram a ser apreciados por este Plenário.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Compete a esta Comissão de mérito pronunciar-se sobre a matéria levando em consideração as relações de trabalho.

Nesse sentido, sentimo-nos muito à vontade para concordar com o posicionamento do relator que nos antecedeu na análise das proposições, razão pela qual pedimos licença para transcrever seus argumentos que, embora apresentados há algum tempo, expressam a realidade que voltamos a viver em nossos ambientes de trabalho:

Tanto a Constituição Federal quanto todo o arcabouço jurídico trabalhista estabelecem direitos e garantias sociais aos trabalhadores, exaltando sua dignidade e o valor do trabalho.

*Mas não basta que a lei garanta o direito de livre acesso ao trabalho e de igualdade de oportunidades. É indispensável que, paralelamente, sejam assegurados meios para sua efetivação. Sem a efetiva garantia de emprego e de direito **ao trabalho**, não existe um autêntico **direito do trabalho**.*

Mas a Constituição Cidadã retrocedeu socialmente ao retirar do trabalhador a estabilidade decenal, substituindo-a pelo Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

Ao permitir que o empregador despedisse arbitrariamente, nosso constituinte ordinário pôs-se contra a dignidade do trabalhador, deixando seu maior bem - o direito ao trabalho e à continuidade da prestação de serviço, - à mercê do empregador. E quem se encontra sob constante ameaça de desemprego sofre os inevitáveis reflexos psicológicos decorrentes dessa insegurança, que pode significar, e na maioria das vezes significa, uma provação para o trabalhador e para sua família.

Num mundo globalizado, muito se fala em reduzir custos, juros, modernizar o processo de produção, diversificar investimentos etc., tudo para alcançar a tão cobiçada "competitividade". Porém não podemos aceitar a idéia de que o homem transformou-se em um objeto descartável e que a competitividade possa justificar a baixa remuneração, o subemprego, a informalidade e a ausência de garantias.

Em tempos de crise financeira, como a que estamos passando, muitas empresas estudam formas de cortar gastos para conseguir sobreviver ou manter a sua margem de lucro e, de forma simplista, pensam que a melhor solução é demitir empregados para reduzir a sua folha de pagamentos, porém esquecem que poderiam se socorrer de outras opções antes de promoverem demissões em massa.

A atual crise econômica mundial não pode ser usada como justificativa para demissões. Afinal de contas, quando a economia estava a pleno vapor, os ganhos maiores das empresas não representaram ganho maior para o trabalhador.

Porém entendemos que, paralelamente à restrição de se demitir em casos em que as empresas sejam objeto de cisão, fusão, incorporação ou agrupamento societário, devemos possibilitar a rescisão do contrato de trabalho quando o trabalhador houver cometido falta grave ou quando houver aderido a Programa de Demissão Voluntária (PDV) acordado em negociação coletiva, como proposto no Projeto de Lei nº 4.411, de 2008.

Entretanto não concordamos com os dispositivos da proposição que estabelecem cláusulas que devam constar nesses programas de demissão voluntária, pois entendemos que essa matéria será melhor tratada se os sindicatos envolvidos tiverem a liberdade de negociar para melhor atender às necessidades dos trabalhadores. A realidade de cada base territorial balizará o melhor acordo entre as partes, ou o acordo possível para o momento.

Os projetos propõem, portanto, medidas das mais justas e legítimas, ao colocar alguns limites no direito patronal de despedir, garantindo a manutenção, por um determinado período, dos postos de emprego nas empresas objeto de cisão, fusão, incorporação ou agrupamento societário.

Assim, não há dúvida de que as iniciativas em exame representam um avanço em relação à legislação vigente. E já está mais do que na hora de o Parlamento Brasileiro caminhar na direção da construção de relações trabalhistas mais estáveis, como preconizado pela Convenção 158 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Pelas razões acima apresentadas, votamos pela **aprovação** dos Projetos de Lei nº 4.296 e nº 4.411, ambos de 2008, na forma do Substitutivo anexo.

Sala da Comissão, em de de 2015.

Deputado BENJAMIN MARANHÃO

Relator

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

SUBSTITUTIVO AOS PROJETOS DE LEI Nº 4.296, DE 2008, E Nº 4.411, DE 2008

Acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para garantir o emprego dos trabalhadores de empresas objeto de cisão, fusão, incorporação ou agrupamento societário.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo 498-A:

“Art. 498-A. Fica vedada a dispensa arbitrária ou sem justa causa do trabalhador de empresa objeto de cisão, fusão, incorporação ou agrupamento societário até seis meses após o término da transação.

§ 1º A empresa oferecerá cursos de capacitação e aperfeiçoamento profissional ao trabalhador dispensado ao final da garantia de emprego prevista no *caput* deste artigo.

§ 2º O disposto neste artigo não se aplica quando o trabalhador aderir a programas de desligamento voluntário da empresa, estabelecidos em negociação coletiva de trabalho.”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2015.

Deputado BENJAMIN MARANHÃO
Relator